

Proposta para um Governo Digital: Novo Canal do Cidac em Campos dos Goytacazes-RJ.

Marina Silva Paravidino de Abreu¹

Ana Paula Serpa Nogueira de Arruda²

GT 2. Políticas públicas, pandemia e sociedade

Resumo

Esta pesquisa teve como objetivo analisar a política pública criada pelo Município de Campos dos Goytacazes, implantada no dia 31 de maio de 2021, denominada como “Novo canal do Cidac”, para atendimento às solicitações internas de Tecnologia da Informação (TI) e Telecomunicações da Prefeitura de Campos. A análise foi feita a partir do ciclo das políticas públicas, a fim de identificar de que forma essa política irá contribuir para que Campos possa se tornar cada vez mais digital. A metodologia se baseou, além do levantamento bibliográfico sobre o tema, na análise do material de divulgação desta política pública, nos sites da prefeitura. Como resultado, foi apontado que a criação do novo canal na página do Cidac teve por consequência uma melhoria nos serviços de TI e maior agilidade para as resoluções dos problemas da administração interna.

Palavras-chave: tecnologia digital; política pública; cidade digital.

1 Introdução

O tema Políticas públicas para Inclusão de Tecnologias Digitais a partir de ações facilitadoras, motivou a realização desta pesquisa, analisando a realidade do município de Campos dos Goytacazes-RJ. A problemática do uso da tecnologia digital teve maior interesse do poder público no Brasil já no fim da década de 90, momento no qual a internet já era algo muito relevante para a sociedade (ANGELIN, 2015).

A gestão atual da Prefeitura de Campos dos Goytacazes-RJ, em busca de tornar a cidade de Campos, uma cidade digital, implantou no dia 31 de maio de 2021, a partir do Centro de Informações e Dados de Campos (Cidac), um canal para atendimento às solicitações internas de Tecnologia da Informação (TI) e

¹Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Regional e Gestão da Cidade da Universidade Candido Mendes – Campos dos Goytacazes, RJ
marina.paravidino@live.com

²Doutora em Sociologia Política pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, UENF, Campos dos Goytacazes, RJ, Orientadora - serpanogueira@gmail.com

Telecomunicações da Prefeitura de Campos. A política pública foi desenvolvida para melhorar a demanda de atendimentos do órgão em toda estrutura da administração. Essa foi mais uma iniciativa para a implantação do Governo Digital a partir de uma solução técnica.

A partir da página do Cidac, os usuários internos poderão registrar os serviços que necessitam que sejam feitos, como manutenção de computadores e problemas de acesso as redes. Todo o projeto foi estruturado por 3 analistas de sistemas. Inicialmente, o projeto busca atender aos funcionários da prefeitura, mas, em um futuro breve, será feita uma ampliação da oferta de serviços para toda a população.

O acesso a página do Cidac poderá ser feito pela rede de internet da Prefeitura ou de qualquer outro lugar, por meio de computadores, *smartphones* e tablets. Para acessar a página, o usuário deverá colocar o e-mail corporativo da prefeitura, tendo o final @campos.rj.gov.br, juntamente com a senha. Assim sendo, o novo canal que consta no Cidac, busca estruturar todas as solicitações que chegam, de maneira a desenvolver uma ordem de atendimento mais otimizada. (NOTICIA NO DETALHE, 2021).

Sobre esta política pública temos a Lei Complementar nº 0015, de 07 de janeiro de 2020 (2020), que institui o Plano diretor do Município de Campos dos Goytacazes em sua seção I, Art. 411, aborda que o Sistema de Informações para o Planejamento e Gestão Territorial é um instrumento favorável para a tomada de decisão e atualização duradoura do Plano Diretor, de Mobilidade Sustentável e dos sistemas de elaboração e gestão da Administração, assim como o alicerce para a definição dos atos de democratização da informação em conjunto com a população, vinculando-se com o Centro de Informações e Dados de Campos (Cidac). Dentre os princípios mestres que serviram para a elaboração do Plano, para o avanço do Município de Campos dos Goytacazes, alguns dos objetivos gerais para esse desenvolvimento seriam:

XIII. A garantia do acesso à internet, à inclusão digital, à web cidadania, à internet das coisas e aos serviços eletrônicos de governo como direito do cidadão, constituído a cidade inteligente;

XXIV. Fomentar no âmbito do FUNDECAM a linha de financiamento para promoção de políticas e tecnologias da informação e comunicação, estimulando a inclusão digital, a inovação tecnológica e a infraestrutura de telecomunicações e TI como bem comum (LEI 0015 DE 07 DE JANEIRO DE 2020, p. 16-26).

O novo canal da página do Cidac, busca tornar os trâmites que antes eram feitos em papel para serem todos trabalhados de forma digital. É esperado que essa política pública seja ampliada e que chegue em diversas áreas, e também se prevê que ocorra uma economia de insumos, melhora da logística, além de agilizar os andamentos das requisições e soluções com a criação desse canal.

Assim, essa pesquisa pretende analisar a partir do ciclo das políticas públicas, a política pública elaborada pela Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, RJ, definida como o novo canal para atendimento às solicitações internas de TI e Telecomunicações que consta na página do Cidac. Será verificado pontos fortes e fracos da implantação desse sistema, o porquê de o modelo de solução ter sido empregado, atores envolvidos na política mencionada, e qual importância ela teve para a Cidade no que tange a um Modelo Digital para Cidades.

2 Metodologia

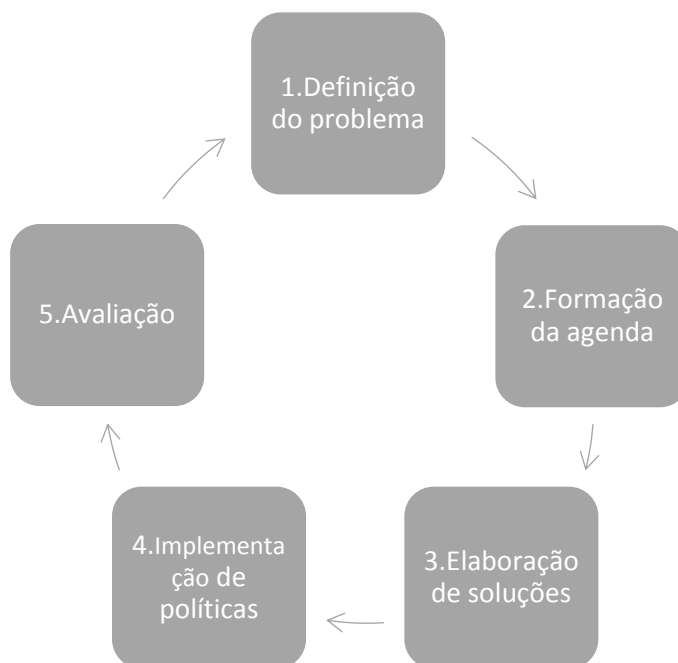
No primeiro momento, foi feita uma pesquisa documental, que se caracteriza pela coleta, classificação, seleção e uso das informações podendo ser na forma oral, escrita, e até mesmo de observações já feitas. Para esse modelo metodológico, é válido escolher métodos e técnicas que viabilizem a identificação e agrupamento dos dados (FACHIN, 2017).

A pesquisa documental, busca priorizar o uso de documentos que sejam fontes primárias, podendo ser escritos ou não, registrados junto aos fatos ou após a sua ocorrência para fins da coleta de dados. Alguns desses documentos seriam: escritas primárias, como registros dos arquivos públicos, textos parlamentares e administrativos publicados, cartas, contratos, autobiografias, diários, relatórios de visitas a instituições, registros de viagens, fotos, filmes, gravações, mapas, gráficos, etc (MARCONI; LAKATOS, 2020).

A política pública escolhida será analisada a partir do Ciclo de políticas públicas, conhecido também como Processo de política pública, que tem como intuito, organizar a vida de uma política pública em fases sequenciais e interdependentes. A *policy cycle*, caracteriza-se como sendo ciclos onde as políticas públicas passam antes de se firmarem fisicamente na sociedade. Essas fases ficam esquematizadas

em ordem sequencial que facilita o trabalho político (TUDE; FERRO; SANTANA, 2015).

Figura 1 – Ciclo de Políticas públicas segundo Frey (2000).



Fonte: FREY (2000).

A primeira fase de definição do problema, possui uma importante questão entorno desse fato, onde, de que forma entre uma ampla quantidade de atividades políticas, uma atividade específica transforma-se em um problema de ordem pública que gera um *policy cycle*. A segunda fase, da criação da agenda, é onde será formalizado se o tema escolhido irá compor a agenda política, ou se será retirado para ser trabalhado posteriormente. A terceira fase, sendo a etapa da elaboração de programas, compõe o momento pelo qual será decidido qual das soluções será a mais adequada para resolver o problema em questão. A quarta fase, de implementação de políticas, corresponde à realização da estratégia selecionada para transformar em ação política. A fase final, seria a de avaliar a política que foi adotada para resolver o problema, verificando os custos, as bem feitorias geradas e possíveis modificações (TUDE; FERRO; SANTANA, 2015).

A análise da política a partir do ciclo de políticas públicas, se dará a partir da conferência de notícias no site da prefeitura de Campos (www.campos.rj.gov.br), assim como a leitura do diário oficial da prefeitura e livros e artigos que tratem sobre políticas públicas.

3 Políticas públicas e bem estar social

As ações e metas desenvolvidas pelo governo, fazem parte das Políticas públicas, que buscam além do interesse público, o bem-estar de todos. Fato é que as iniciativas que os gestores públicos priorizam são as que eles verificaram como sendo as necessidades da sociedade. O bem-estar da sociedade é na maior parte das vezes, escolhido pelo governo em parceria com a sociedade. Esse processo acontece porque a sociedade está cada vez mais motivada para expor suas ideias de forma concreta e realística (LOPES; AMARAL; CALDAS, 2008).

Entendidas as variadas ações e desejos da sociedade, os gestores irão verificar o que é prioridade para, posteriormente, apresentar as soluções. As soluções dificilmente abrangerão aos desejos de todas as pessoas, mas em parte, buscará atender a todos. Alguns grupos serão atendidos, outros não, e os gestores terão que planejar e criar iniciativas para atender seus desejos seja de forma parcial ou total. A partir do momento que os gestores atendem a essas demandas, pode-se entender que ele está direcionado para o interesse da população, buscando assim, melhorar o bem estar social (LOPES; AMARAL; CALDAS, 2008).

A área de políticas públicas, no Brasil, surge com a mudança do autoritarismo para a democracia, entre o final dos anos 1970 e a primeira metade dos anos 1980. O estudo do papel e das atuações do Estado não é nada novo ao longo da vida humana. A contar da época dos filósofos e pensadores da Antiguidade, que os indivíduos vêm se dedicando para refletirem sobre o papel do estado e o que ele está fazendo e deixando de fazer, além de buscarem entender como são feitas as tomadas de decisões políticas e também sobre quais de fato seriam as obrigações dos governantes. Contudo, ao longo dos séculos, os entendimentos foram alterando devido ao próprio desenvolvimento político das sociedades, e pela forma de se governar que ia se fortalecendo ao longo dos anos (TUDE; FERRO; SANTANA, 2015).

As Políticas públicas, são a integralidade de intervenções, propósitos e propostas que os governos no âmbito nacional, estadual ou municipal delimitam para atingir o bem-estar da sociedade e o interesse público. Fato é que, as atitudes que os responsáveis públicos escolhem são as que eles compreendem como as necessidades e expectativas de toda a população. Isso quer dizer que o bem-estar da sociedade é na maioria das vezes, determinado pelo governo e não pela sociedade.

Ocorre dessa forma, porque a sociedade não consegue participar de forma completa (LOPES; AMARAL; CALDAS, 2008).

Entre os séculos XVIII e XIX, as principais ações do Estado estavam restritas a cuidar da segurança pública, a preservar a propriedade privada e de defender as fronteiras, caso houvessem ataques de fora vindo de outros estados. No século XX, com a concentração e ampliação cada vez maior da democracia, as atribuições do estado também foram mudando e crescendo. O século XX foi definido pela chegada de uma nova função do Estado, que era da promoção do bem-estar coletivo e isso exigiu do Estado uma atuação de forma diferenciada para essa nova demanda social em busca do bem-estar, onde foi necessário que o Estado focasse nos problemas diários da sociedade (TUDE; FERRO; SANTANA, 2015).

O Estado de bem-estar é um acontecimento histórico atual, que as organizações da política social conduziram o processo de desenvolvimento e progresso capitalista de forma precisa. Quando começou a ter a grande transferência de pessoas do campo para a cidade, este processo desenvolve desequilíbrios e até a extinção das comunidades locais, dos seus meios culturais e pessoais e dos seus tradicionais sistemas de proteção social (HOCHMAN; ARRETCHÉ; MARQUES, 2007).

Diante desse contexto citado acima é que começam a surgir as Políticas públicas, tendo como intuito principal, o de contribuir para as demandas e problemas que a sociedade apresenta. As políticas públicas enquanto disciplina acadêmica e área do conhecimento, tiveram a sua origem nos Estados Unidos em meados do século XX (TUDE; FERRO; SANTANA, 2015).

As demandas da sociedade são apresentadas aos dirigentes públicos por meio de grupos organizados, no que se denomina de Sociedade Civil Organizada (SCO), a qual inclui, sindicatos, entidades de representação empresarial, associação de moradores, associações patronais e ONGs em geral. As sociedades contemporâneas se caracterizam por sua diversidade, tanto em termos de idade, religião, etnia, língua, renda, profissão, como de ideias, valores, interesses e aspirações. No entanto, os recursos para atender a todas as demandas da sociedade e seus diversos grupos são limitados ou escassos. Como consequência, os bens e serviços públicos desejados pelos diversos indivíduos se transformam em motivo de disputa. Assim, para aumentar as possibilidades de êxito na competição, indivíduos que têm os mesmos objetivos, tendem a se unir, formando grupos (LOPES; AMARAL; CALDAS, 2008, p. 6).

A função que o Estado exercia na sociedade passou por várias modificações ao longo dos anos. Como foi visto, nos séculos XVIII e XIX, seu intuito primordial era com a questão da segurança pública e em defender ataques de inimigos. Contudo, com a densidade e o crescimento da democracia, as tarefas do Estado foram mudando. Hoje em dia, é mais simples dizer que a função do Estado é a promoção do bem-estar de toda a sociedade (LOPES; AMARAL; CALDAS, 2008).

4 Governo eletrônico e inclusão digital

Inclusão digital é o termo que leva ao trabalho da democratização do acesso às tecnologias de informação, para que todos tenham acesso à informação. A partir do momento que a inclusão digital vai sendo feita, melhor qualidade de vida todos vão adquirindo devido a melhora dos serviços prestados e pelo uso correto dos meios naturais. Para que essa inclusão aconteça, se faz necessário 3 requisitos: computador, ter acesso à rede e saber fazer o uso destes (CIDAC, 2021).

A inclusão digital está intimamente ligada às novas tecnologias. A aceitação das novas tecnologias, a muitos anos atrás, na época que se iniciou a civilização, teve seu uso mais direto para quem tinha maior condição financeira e com as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) não está sendo diferente (SIMÃO, 2010).

A inclusão digital também abrange o seu leque para que pessoas com algum tipo de deficiência, tenham acesso. Assim, toda a população poderá ter acesso a dados disponibilizados a partir da internet, podendo assim absorver informações e passar conhecimentos. A inclusão digital está em um meio que busca trabalhar a inclusão social, que vem sendo um dos dilemas enfrentados por vários governos nos últimos anos (CIDAC, 2021).

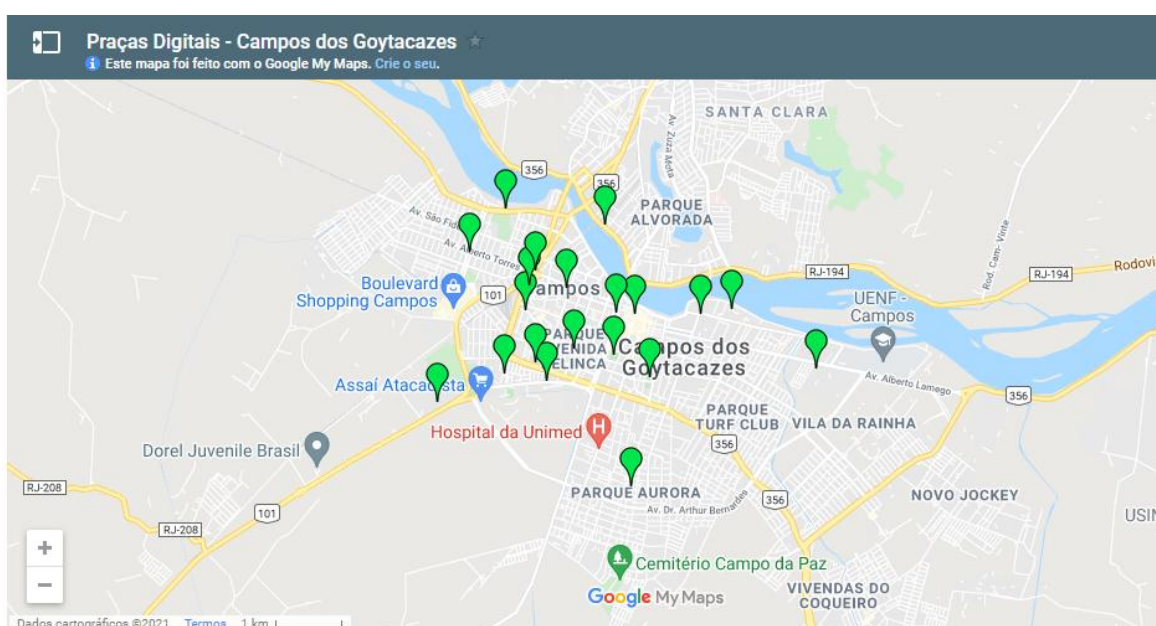
Em se tratando do Brasil, foi verificado que o acesso à Internet, desde a época que foi lançada no meio comercial, foi aumentando a cada ano e os usuários das classes mais baixas estavam tendo acesso à internet de forma injusta. Assim, a discussão da exclusão digital ainda é bastante alarmante (SIMÃO, 2010). Desta forma, são necessárias políticas públicas que tratem destas distorções de acesso a este recurso, tão importante na atualidade.

No caso de Campos, o novo canal no Cidac, está dentro do programa “CAMPOS CIDADE DIGITAL CRIATIVA” que induz para a criação de políticas de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), a fim de criar novas diretrizes para o

município, de forma que Campos seja inserida na relação de Cidades que de fato valorizam a tecnologia como forma de crescimento dos cidadãos e de toda a sua administração, com projetos que qualifiquem os usuários e universalizem a informação pública (CIDAC, 2021).

A cidade de Campos, possui vários centros que possuem acesso à internet de forma gratuita, dentre eles estão: Praça São Salvador, Praça da Lapa, Praça Santo Antônio (Guarus), Jardim São Benedito, Praça da República, Praça da bandeira, Pq. Alberto Sampaio, Jardim do Liceu, Rodoviária Shopping Estrada, Praça do Santo Amaro, Praça da Pelinca, Praça 5 de Julho (Senai), Praça Ribeiro do Rosário, Praça Esperanto, CAJAA – Prefeitura Municipal de Campos, Instituto Federal Fluminense (IFF), Fundação Municipal da Infância e Juventude (FMIJ), Praça do IPS, Praça da Árvore (Cajú), Horto Municipal, Morro do Itaoca.

Figura 2 – Centros Digitais – Campos dos Goytacazes.



Fonte: <https://cidac.campos.rj.gov.br/pracadigital/mapa.php>. Acesso em: 23 ago. 2021.

Na tese defendida por Simão (2010), foi verificado que já existe um consenso entre muitos autores a respeito da exclusão digital no Brasil, e foi visto que essa questão está mais relacionada à má qualidade dos projetos desenvolvidos do que à tomada de atitude a respeito do assunto.

4.1 Inclusão digital em campos dos goytacazes

Para Helou et al (2011 *apud* ANGELIN 2015), as políticas públicas para inserção da tecnologia digital no Brasil, nos últimos anos, estão sendo estimuladas, sob um olhar mais técnico, se restringindo à propagação do acesso à internet. Contudo, de acordo com o Mapa da Inclusão Digital no Brasil (2021), do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), existem atualmente diversos programas de inclusão digital (PID), no Município de Campos dos Goytacazes, todos eles direcionados para a disponibilidade de internet, sendo de responsabilidade da Prefeitura, conforme podem ser vistos no Quadro 1:

Quadro 1 – Mapa da Inclusão Digital no Município de Campos dos Goytacazes

Tipo	Nome	Município	UF
PID	56º Batalhão de Infantaria	Campos dos Goytacazes	RJ
PID	Rádio Farol São Tomé	Campos dos Goytacazes	RJ
PID	Escola Estadual Paulo Roberto Duarte de Mendonça	Campos dos Goytacazes	RJ
PID	Escola Estadual Constantino Fernandes	Campos dos Goytacazes	RJ
PID	Colégio Estadual Doutor Felix Miranda	Campos dos Goytacazes	RJ
PID	Colégio Estadual João Pessoa	Campos dos Goytacazes	RJ
PID	Colégio Estadual José do Patrocínio	Campos dos Goytacazes	RJ
PID	Colégio Estadual Nilo Peçanha	Campos dos Goytacazes	RJ
PID	Colégio Estadual Leoncio Pereira Gomes	Campos dos Goytacazes	RJ
PID	Colégio Estadual General Dutra	Campos dos Goytacazes	RJ
PID	Escola Estadual Nilo Fernandes Pereira	Campos dos Goytacazes	RJ
PID	Projeto Villa Livre - UENF	Campos dos Goytacazes	RJ
PID	Colégio Estadual Quinze de Novembro	Campos dos Goytacazes	RJ
PID	Escola Municipal Santa Terezinha	Campos dos Goytacazes	RJ
PID	Instituto de Educação Professor Aldo Muylaert	Campos dos Goytacazes	RJ
PID	Colégio Dom Otaviano de Albuquerque	Campos dos Goytacazes	RJ
PID	Cidadania Digital Campos	Campos dos Goytacazes	RJ
PID	Telecentro Embrapa	Campos dos Goytacazes	RJ

PID	Telecentros de Informação e Negócios Campos das Goytacazes - Centro	Campos dos Goytacazes	RJ
PID	Telecentro Comunitário	Campos dos Goytacazes	RJ
PID	Cidadania Digital - Ururai	Campos dos Goytacazes	RJ
PID	Cidadania Digital - Tocos	Campos dos Goytacazes	RJ
PID	Cidadania Digital - Goytacazes	Campos dos Goytacazes	RJ
PID	Cidadania Digital - Ist Campos	Campos dos Goytacazes	RJ
PID	Cidadania Digital - Morro do Coco	Campos dos Goytacazes	RJ
PID	Cidadania Digital - Travessão	Campos dos Goytacazes	RJ
PID	Telecentro São Matheus	Campos dos Goytacazes	RJ
PID	Telecentro Isobrás - CRAS Morro do Coco	Campos dos Goytacazes	RJ

Fonte: <http://sismid.ibict.br/consulta>. Acesso em: 24 ago. 2021.

A missão de propiciar a inclusão social dos cidadãos a partir da inclusão digital é uma tarefa densa. Muitos trabalhos estão apresentando que as estratégias de inclusão digital sem esse direcionamento para o “social” não proporcionam resultados relevantes para a sociedade, e em busca de uma correção para o problema, tem aumentado a quantidade de pesquisas na área da Educação que tratam desse tema (SIMÃO, 2010).

O Centro de Informações e Dados de Campos (Cidac), a partir da criação do novo canal para atendimento às solicitações de TI e Telecomunicações da prefeitura implantada pelo Município de Campos dos Goytacazes, RJ, no ano 2021, veio para organizar os trabalhos dos profissionais da tecnologia da informação (TI), a fim de disponibilizar aos servidores municipais e terceirizados, de uma plataforma para registro de suas necessidades relacionadas a tecnologia digital.

Para fazer a solicitação no site do Cidac, é preciso que o usuário faça um cadastro, inserindo o nome, local de moradia e e-mail. Depois que fez o cadastro, o usuário deverá disponibilizar de dados verdadeiros e atualizados, declarando que está ciente de que todas as informações fornecidas são verdadeiras e que a inserção de dados falsos poderá acarretar em penalidades. O usuário finalizando o cadastro, libera o uso desses dados para a Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, para uso em pesquisas ou informes do serviço prestado (CIDAC, 2021).

A análise dessa política pública se deu a partir do Ciclo da Política pública conforme dito anteriormente, que se firma nas seguintes etapas: definição do problema; formação da agenda; elaboração de soluções; implementação de políticas; e avaliação.

Com a meta de criar uma política voltada para Tecnologia da Informação, o município de Campos dos Goytacazes, abraçou o projeto Cidade Digital e criou o novo canal do Cidac, buscando atender da melhor forma as solicitações de TI que eram requeridas. Antes, não havia um sistema centralizado que facilitasse o trabalho do profissional do TI para conseguir atender a todas as demandas, e isso impedia muitas das vezes de outros setores da Prefeitura de concluírem seus trabalhos no tempo necessário (NOTÍCIA NO DETALHE, 2021).

Fica bem difícil para os atores públicos atenderem aos diversos problemas do município, visto que estes são muitos e as verbas escassas em sua maioria, contudo, é preciso priorizar quais dos problemas serão vistos pelo governo. Na etapa da formação da agenda, a prefeitura de Campos optou por resolver o problema do atendimento das chamadas de TI, pois verificou uma certa emergência.

Para que essa demanda fosse colocada em pauta, já existia um orçamento disposto no Plano Plurianual de 2018/2021 de Campos dos Goytacazes, para a criação da política pública que entrou em vigor no dia 31 de maio de 2021.

Quadro 2 – 02050 – CIDAC – CENTRO DE INFORMAÇÕES E DADOS DE CAMPOS.

2.14.244.0182.3819 – PROJETO INFOVIA MUNICIPAL	
FONTE 0144 – NAT 339039 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	R\$ 132.000,00
2.14.244.0182 – LINK DE INTERNET	
FONTE 0144 – NAT 339039 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	R\$ 135.000,00
TOTAL DA UG	R\$ 267.000,00

Fonte: Elaborado pela autora (2021). Disponível em: <https://transparencia.campos.rj.gov.br/orcamento-ppa>. Acesso em: 31 ago. 2021.

Vários são os elementos que facilitam para que um certo problema seja inserido na Agenda do Governo, (LOPES; AMARAL; CALDAS, 2008) podendo ser citado:

- A presença de indicadores, que mostram como está determinada situação, indicando se o problema precisa de um trato de imediato ou não, e se for

identificado como emergencial, é bem possível que este seja inserido na Agenda do Governo. Um exemplo seria situações de agressão contra a mulher, onde o governo poderia entrar com ações que busquem evitar esses crimes.

- *Feedback* das ações do governo, que seriam os resultados adquiridos dos programas já concretizados, para verificar se tiveram falhas nos procedimentos ou outros problemas que não receberam um olhar do governo.

Na terceira etapa, da elaboração de solução, o governo de Campos, optou pela criação de um novo canal no Cidac para atendimento as demandas da prefeitura, para assuntos referentes às solicitações de TI e Telecomunicações, em busca de melhorar de forma geral a estrutura da administração. Sendo essa, mais uma ação para inserção do Governo Digital para a Cidade.

Com o intuito de melhorar a elaboração de soluções para os problemas, o responsável pela criação da política pública deverá conversar com os atores envolvidos, que nesse caso seria a gestão pública municipal do atual governo do Prefeito Wladimir Garotinho, para verificarem se a proposta implantada está sendo viável, e caso verifiquem que não esteja, estes deverão apresentar uma nova alternativa.

Um programa sempre deve ser planejado para solucionar determinado problema ou para agregar de alguma forma uma certa necessidade que a sociedade esteja passando. E tudo isso é feito juntamente com um aparato de iniciativas e ações. No Plano Plurianual (PPA), que hoje é uma lei, surgiu com o intuito de guiar os gestores do município para usar o dinheiro público de forma planejada, com um orçamento pré-definido.

Diante disso, no dia 07 jun. de 2021, saiu na página da prefeitura de Campos que o Cidac lança o “Catálogo de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC)” para otimizar pedidos de equipamentos e serviços, sendo uma melhoria para a política pública criada anteriormente. O catálogo TIC, irá agilizar os procedimentos das requisições (NOTÍCIA NO DETALHE, 2021).

Figura 2 – CATÁLOGO TIC



Fonte: Notícia no detalhe. Disponível:
https://campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=61245. Acesso em: 06 set. 2021.

E assim, a prefeitura de Campos está buscando a cada dia, utilizar a verba destinada no PPA 2018-2021, onde foi concedido o valor de R\$ 135.000,00 para fazer com que a cidade vá se tornando cada vez mais, uma cidade digital a partir da criação de políticas públicas voltadas para esse fim.

Na quarta etapa, da implementação da política, é onde será definido o prazo de atuação da política, os recursos necessários, e a partir do que ficar determinado, tudo será expresso em lei, ou outro ato de formalização da administração pública do município.

Por ser uma ação tomada pelo governo ainda recente, não foram encontrados registros nos diários oficiais do município de Campos dos Goytacazes a respeito dessa política pública. Foram utilizadas para fins de busca as seguintes palavras chaves: catálogo; tecnologia e Cidac e os dias para busca foram de 21 de maio de 2021, até 07 de junho de 2021.

Na quinta e última etapa, é o processo da avaliação, que é um item de suma importância para as políticas públicas. Mesmo que este processo esteja por último no ciclo, não impede que seja utilizado durante os processos anteriores, pois contribuirá para melhores resultados, e garantirá um sucesso da ação realizada pelo governo (LOPES; AMARAL; CALDAS, 2008).

A avaliação da política pública deverá estar pré definida e tem o intuito de avaliar se as propostas cumpriram com seu objetivo e se as verbas previstas foram utilizadas de forma correta. Aconselha-se se viável, que a avaliação seja feita por

profissionais externos. Tendo os dados nas mãos, será possível confrontar o resultado da avaliação com o Marco Lógico da política pública, criando possibilidades para a compreensão do que levou a política pública a chegar em um determinado resultado. Esse entendimento agrega muito para o desenvolvimento das próximas etapas da política pública (SIMÃO, 2010).

Em relação à política pública analisada nessa pesquisa, pode-se verificar que já houve de alguma forma um processo de avaliação, onde o programa teve uma evolução, tendo um “Catálogo TIC” para agilizar os procedimentos das requisições. Quando a avaliação é feita de forma consistente, criará a possibilidade de os resultados servirem de base para a exposição do que foi alcançado, assim como para o pedido de mais recursos para o crescimento da Política pública (SIMÃO, 2010).

5 Considerações Finais

A discussão apresentada, buscou resgatar a importância de se ter uma cidade digital a partir da análise da política pública criada pela Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, estabelecida como um novo canal na página do Cidac para atendimentos relacionados a TI e telecomunicações.

A partir da implementação desse canal, foi possível que os servidores internos da prefeitura fizessem suas solicitações, sendo tudo de forma digital, e deixando de lado as requisições em papel. Todo esse trabalho, possibilitou uma melhoria nos serviços de TI e conseqüentemente uma agilidade maior para as resoluções dos problemas em benefício da população.

Refletir sobre a complexidade de uma política pública que atenda às necessidades de toda a população, sendo elas sobre trabalho local, saúde da família, educação profissionalizante, tecnologias digitais, crédito aos produtores rurais ou questões ambientais por exemplo, se faz necessária a compreensão do valor de um aglomerado de políticas que aumentem os direitos e proporcionem ações que tenham como foco o desenvolvimento social.

Assim, para a cidade de Campos dos Goytacazes, foi preciso que um sistema para atendimento digital fosse criado, para que a demanda de solicitações internas de TI e telecomunicações pudessem ser atendidas de forma mais eficaz, proporcionando dessa forma, uma melhoria na qualidade dos serviços prestados à população.

Para uma pesquisa futura, será interessante continuar na análise de novas políticas públicas criadas pelo município de Campos dos Goytacazes, dentro do contexto de cidade digital, além de averiguar se o novo canal criado na página do Cidac, já disponibilizou o acesso para a população de forma geral.

Referências

DA REDAÇÃO. Cidac implanta nesta terça novo canal para atendimento à demanda da prefeitura. Campos dos Goytacazes, 2021. Disponível em: https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=61179. Acesso em 09 ago. 2021.

ANGELIN, S. F. N. Políticas públicas de inclusão digital no litoral do Paraná. Orientador: Maria Lúcia Figueiredo Gomes de Meza. 2015. 214 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Governança Pública) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Paraná, 2015. Disponível em: <http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/1433>. Acesso em: 12 ago. 2021.

CIDAC. Tecnologia e Informação. Campos dos Goytacazes, ago. 2021. Disponível em: <https://cidac.campos.rj.gov.br/pracadigital/projeto.php>. Acesso em: 23 ago. 2021.

TUDE, J. M; FERRO, D; SANTANA, F. P. Gestão de Políticas públicas. Curitiba, PR: IESDE BRASIL S/A., 2015. p. 136. E-book. Disponível em: http://arquivostp.s3.amazonaws.com/qcursos/livro/LIVRO_gestao_de_politicas_publicas.pdf. Acesso em: 10 ago. 2021.

LEI COMPLEMENTAR Nº 0015, DE 07 DE JANEIRO DE 2020. Plano Diretor do Município de Campos dos Goytacazes. Campos dos Goytacazes, 2020. Disponível em: <https://www.campos.rj.gov.br/plano-diretor.php>. Acesso em: 16 ago. 2021.

LOPES, B; AMARAL, J. N; CALDAS, R. W. Políticas públicas: Conceitos e Práticas. Série Políticas públicas, Minas Gerais, v. 7, s.n, 48 p., 2008. Disponível em: <http://www.mp.ce.gov.br/nespeciais/promulher/manuais/MANUAL%20DE%20POLITICAS%20P%20C%20ABLICAS.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2021.

FACHIN, O. **Fundamentos da metodologia**. 5. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2017. Disponível em: <http://maratavarespsictics.pbworks.com/w/file/attach/74302802/FACHIN-Odilia-fundamentos-de-Metodologia.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2021.

FREY, K. **Políticas públicas**: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. Planejamento e Políticas públicas, Brasília, n. 21, p. 211-259, jun. 2000.

HOCHMAN, G; ARRETCHE, M; MARQUES, E. (org.). Políticas públicas no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007. 214 p. ISBN 978-85-7541-350-0.

LEI Nº 8.800, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017. **Plano Plurianual** – PPA. Caderno 2 – Plano Plurianual. Campos dos Goytacazes, 28 dez. 2017. Edição 028. Disponível em: <https://transparencia.campos.rj.gov.br/orcamento-ppa>. Acesso em: 31 ago. 2021.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2020.

MID – Mapa de Inclusão Digital no Brasil. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações (MCTIC). Disponível em: <http://sismid.ibict.br/consulta>. Acesso em: 24 ago. 2021.

NOTÍCIA NO DETALHE, 07 DE JUNHO DE 2021. **CIDAC lança “Catálogo de TIC” para otimizar pedidos de equipamentos e serviços**. Disponível em: https://campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=61245. Acesso em: 01 set. 2021.

SIMÃO, J. B. **A concepção de um modelo de cidade digital baseado nas necessidades informacionais do cidadão**: o caso dos municípios brasileiros de pequeno porte. Brasília: Universidade de Brasília -UNB, 2010. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/7469/1/2010_JoaoBatistaSimao.pdf. Acesso em: 24 ago. 2021.